

## As eleições do Congresso Nacional (2021-2022) como reflexo do sistema político brasileiro

Ana Carolina Westrup<sup>1</sup>

**Resumo:** Em que as eleições para as presidências da Câmara e do Senado 2021-2022 falam sobre o sistema político brasileiro? Na busca por essa resposta, esse artigo tem por objetivo analisar as eleições para as duas casas legislativas sob a luz de conceitos da sociologia política brasileira. Para contextualização do cenário político, foi realizada uma pesquisa com base em sites jornalísticos, para extração de dados e informações. Como referencial teórico, os conceitos de presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988;2018), da cultura política do pemedebismo (NOBRE, 2013) e a herança coronelista no exercício do poder no interior do Brasil (QUEIROZ 1968;1997) serão o norte. Em observação, é possível reconhecer na disputa política no Congresso Nacional características estruturantes do modelo de funcionamento do sistema político brasileiro.

**Palavras Chaves:** Política; Eleição; Governo; Centrão; Coalizão;

O ano de 2021 já se inicia com uma grande expectativa em torno das eleições dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para o biênio 2021-2022. Baseada em uma série de negociações e disputas, a vitória dos candidatos aliados do governo passou a ser prioridade do Presidente Jair Bolsonaro diante da possibilidade de admissão de processos de impeachment e do conflito estabelecido pelo ex-presidente da Câmara, o Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Cenário que não condiz com o discurso da “nova política” bradada pelo então candidato no pleito eleitoral de 2018. Na crítica ao sistema de alianças partidárias e de processos de negociações, Jair Bolsonaro apresenta uma plataforma política contra a formação de uma governabilidade, defendendo a “nova política” em que o Presidente governaria com o “povo” sem a necessidade de mediar interesses com os partidos e lideranças políticas no Congresso Nacional<sup>2</sup>.

A mudança de postura do governo tem relação com a realidade de funcionamento do sistema político brasileiro. A votação, tanto na Câmara como no Senado, que ocorreu em 1 de fevereiro de 2021, elegeu os candidatos apoiados por Jair Bolsonaro, o Dep. Arthur Lira (PP-AL),

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, onde estuda o modelo de funcionamento das plataformas digitais e fake news. Atualmente está como Professora Substituta de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Sergipe. Email para contato: [anacwestrup@yahoo.com.br](mailto:anacwestrup@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Bolsonaro, agora adepto ao “toma lá dá cá” já foi um feroz crítico da velha política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-agora-adepto-ao-toma-la-da-ca-ja-foi-um-feroz-critico-da-velha-politica-relembre.shtml>; Acesso em 09/03/2021

líder do centrão, na Câmara dos Deputados e o Sen. Rodrigo Pacheco (DEM-MG), diante de um contexto de ampla negociação e composição.

O Dep. Arthur Lira (PP-AL) se elegeu em primeiro turno, por 302 votos, contra nove candidatos, incluindo Baleia Rossi (PMDB-SP) que obteve 145 votos. Uma vitória de Bolsonaro e uma derrota de um dos seus principais adversários políticos, o ex-presidente da Câmara, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ). Concorreram também ao pleito os deputados federais Alexandre Frota (PSDB-SP), André Janones (Avante-MG), Fábio Ramalho (MDB-MG), General Peternelli (PSL-SP), Luiza Erundina (PSOL-SP), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Kim Kataguiri (DEM-SP)<sup>3</sup>.

No senado, a eleição não se difere do resultado da eleição da Câmara. O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) era apoiado tanto pelo ex-presidente do Senado Federal, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), quanto pelo governo Bolsonaro. Acabou se elegendo com 57 votos, derrotando a senadora Simone Tebet (MDB-MS), que obteve 21 votos, em virtude da desidratação da sua candidatura após a retirada de apoio do seu próprio partido, o MDB<sup>4</sup>.

As semanas que antecederam a vitória do Dep. Arthur Lira (PP-AL) e do Sen. Rodrigo Pacheco (MDB-MG) foram de intensas negociações de cargos, espaços e verbas públicas. Da ocupação do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Governo da Presidência, passando pela destinação de R\$1,9 bilhão em recursos públicos para obras e equipamentos, culminando com a recriação do antigo Ministério do Esporte, seriam esses alguns dos benefícios oferecidos para os deputados e senadores que se aliassem às candidaturas governistas<sup>5</sup>.

Um marco nessa “cruzada” de negociações foi o abandono do deputado Marcos Pereira, presidente do Republicanos e vice-presidente da Câmara, ao lado de Rodrigo Maia (DEM-RJ), que anunciou em dezembro o apoio a Arthur Lira (PP-AL), condicionado ao espaço importante em um Ministério. No mesmo mês de dezembro, o governo patrocinou a aprovação de um Projeto de Lei do Congresso (o PLN nº 29 de 2020) liberando R\$ 1,9 bilhão para ações de quatro ministérios: Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Regional, Educação e Turismo.

---

<sup>3</sup> Arthur Lira é eleito presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/02/02/resultado-eleicao-da-camara-dos-deputados-2021>. Acesso em 02/03/2021.

<sup>4</sup> Rodrigo Pacheco é o novo presidente do Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/01/rodrigo-pacheco-e-o-novo-presidente-do-senado>. Acesso em 02/03/2021.

<sup>5</sup> Emendas, cargos e ministérios: as promessas dos candidatos à presidência da Câmara. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55494720>. Acesso em 02/03/2021.

Esse cenário de disputas e rearranjos políticos em torno das candidaturas à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal traduz, de certa medida, características importantes para a compreensão do funcionamento do sistema político brasileiro, nesse sentido, esse artigo fará a tentativa de analisar mais esse capítulo da política brasileira, à luz de conceitos importantes produzidos por sociólogos e cientistas sociais brasileiros, em especial, as caracterizações do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988;2018), com o objetivo de entender os processos de negociação e governabilidade; a cultura política do pmedebismo e suas implicações no sistema político brasileiro (NOBRE, 2013) e a base coronelística da política brasileira e a ascensão de lideranças políticas (QUEIROZ, 1997), para enxergar, em especial, a ascensão do atual presidente da Câmara, o Dep. Arthur Lira (PP-AL)

### **1. A questão de origem: Presidencialismo de Coalizão e a busca da governabilidade**

Ao analisar o capítulo das eleições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para o biênio 2021-2022, observa-se a presença ativa do Governo Bolsonaro para garantir a vitória dos seus candidatos. Uma mudança de postura diante do Congresso Nacional<sup>6</sup>, a partir do desafio de composição de uma base governista aliada no Congresso Nacional, capaz de blindar o governo das constantes crises políticas.

A necessidade dessa base de apoio parlamentar tem relação direta com o sistema político do presidencialismo de coalizão. Para Abranches (2018), a Constituição de 1988, apesar de inscrever as bases de um sistema político parlamentarista, reinventou o que é um modelo de sistema político pautado no presidencialismo de coalizão, onde, de um lado, aumentam-se os poderes do Executivo com a possibilidade de edição de medidas provisórias, e, de outro, um sistema que se estabelece a partir de intensa e contínua negociação para a formação de um sistema de alianças e formação de coalizões que determinam a estabilidade ou instabilidade de um governo, seria, portanto, a base da governabilidade.

A formação da coalizão, para Abranches (1988) se daria em três momentos específicos: a aliança eleitoral, momento em que se requer a composição de apoio à candidatura e ao projeto; a composição do próprio governo, cenário de disputa por cargos e espaços e, por fim, a construção das agendas políticas, dos consensos em torno de temas.

---

<sup>6</sup> Acuado, Bolsonaro namora o centrão e radicaliza o discurso. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/acuado-bolsonaro-namora-o-centrao-e-radicaliza-o-discurso/Acesso> em 09/03/2021.

A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda real de políticas, positiva e substantiva, e das condições de sua implementação. (ABRANCHES, 1988, p.27)

A coalizão, formada por alianças partidárias, se consolida a partir de processos de negociação que geram legitimidade e apoio ao governo. A agenda política é constantemente negociada a partir de questões internas à institucionalidade, como busca de espaços de poder e composição de cargos no governo, e das pressões sociais externas, como a crise econômica e sanitária em que o Brasil está imerso. A estabilidade do presidencialismo de coalizão está, sobretudo, na capacidade da liderança política e do governo de mediação constante entre os diversos interesses do próprio universo político-partidário.

O processo de negociação é também um conflito de interesses no qual os partidos que fazem parte da coalizão disputam agendas políticas e fisiológicas, de influência política e de espaços de poder. Em situações de crise, nas alianças políticas ou mesmo nas pressões sociais externas ao Estado, é inevitavelmente, onde o presidencialismo de coalizão reforça a habilidade deste regime político em negociar e articular interesses, ao tempo em que se mostra também um modelo político extremamente instável.

O maior risco ao desempenho da coalizão está no quadro institucional do Estado para decidir, negociar e implementar políticas. Isto porque, como o potencial de conflito é muito alto, a tendência é retirar do programa mínimo, ou compromisso básico da aliança, as questões mais divisivas, deixando-as para outras fases do processo decisório. Viabiliza-se o pacto político de constituição do governo, mas sobrecarrega-se a pauta de decisões, na etapa de governo, propriamente dito, com temas conflitivos e não negociados. Para que o processo decisório não seja bloqueado e desestabilize a coalizão no futuro, torna-se, então, indispensável um esforço de construção institucional que viabilize acordos setoriais, à medida que os conflitos forem surgindo. (ABRANCHES, 1988, p.27)

Ao analisarmos a disputa eleitoral no Congresso Nacional em 2021, é possível fazer a conexão entre a necessidade de abrir um espaço de negociação ante diversas crises iminentes que

o governo está enfrentando, que reflete no recorde do atual presidente nos números de pedidos de impeachment, com 70 pedidos requisições, até fevereiro de 2021.<sup>7</sup> Conjugado a esse cenário, a situação sanitária com a disseminação do COVID-19 e o Brasil figurando entre os países que fizeram a pior gestão da pandemia<sup>8</sup>, amargando a crítica da comunidade internacional diante da postura negacionista de Bolsonaro.

Além disso, os sucessivos desgastes políticos com o Congresso Nacional e, em especial, com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ) agravaram as relações entre o presidente e os deputados. O Levantamento do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), produzido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), revela que, na primeira metade de seu mandato, Bolsonaro teve, em média, apoio de 72,5% na Câmara.

O índice, que considera o alinhamento dos deputados com a liderança do governo em todas as votações, mostrou que o apoio parlamentar ao governo em 2020 é inferior a base que sustentava seus antecessores desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010), só ganhando da Presidente Dilma Rousseff, nas semanas que antecederam o seu afastamento.

Tabela 1. Apoio Parlamentar

<b>Presidentes</b>	<b>Índice de Apoio</b>
Lula (PT)	77,1%
Dilma (PT)	58,2%
Temer (MDB)	73,7%
Bolsonaro (S/ Partido)	72,5%

Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB/UERJ)

A média de apoio ao governo em votações nominais na Câmara no primeiro mandato de Lula, por exemplo, foi de 77,1% até junho de 2004, já o ex-presidente Michel Temer, que assumiu o governo após o afastamento de Dilma Rousseff, obteve respaldo de 73,7% dos deputados no

<sup>7</sup> Quantos pedidos de impeachment os últimos presidentes receberam. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/quantos-pedidos-de-impeachment-os-ultimos-presidentes-receberam/>. Acesso em 11/03/2021

<sup>8</sup> Brasil é o pior país do mundo na gestão da pandemia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>. Acesso em 11/03/2021

período em que permaneceu no cargo, até o fim de 2018. Nos meses que antecederam o impeachment de Dilma, no entanto, a adesão ao governo petista era de 58,2%.<sup>9</sup>

Para reverter essa situação e segurar os 70 pedidos de impeachment, o governo Bolsonaro passa a se articular com os líderes dos partidos do centrão, oferecendo em troca benefícios e espaços no governo. Diante desse quadro, a mudança de postura do governo com setores do Congresso se inicia em abril de 2020, menos de um ano e meio de governo, já visando a eleição das Presidências da Câmara e Senado<sup>10</sup>, culminando com uma série de negociações de cargos em troca de apoios.

O Líder do Partido Progressista (PP) e do centrão - agora Presidente da Câmara - o Dep. Arthur Lira (PL/AL) passou a acumular indicações importantes no Ministério de Desenvolvimento Regional: a Secretaria Nacional de Mobilidade, com um orçamento de R\$ 17,2 bilhões e o Departamento Nacional de Obras Contra Seca, administrando um fundo de R\$ 1 bilhão<sup>11</sup>.

Durante as semanas que antecederam as eleições do Congresso Nacional, o comprometimento do governo Bolsonaro com o centrão aumentou. O Jornal Estado de São Paulo publicou uma reportagem em que mostra o governo destinando R\$ 3 bilhões para 250 deputados e 35 senadores aplicarem em obras em seus redutos eleitorais. O dinheiro saiu do Ministério do Desenvolvimento Regional e foi administrado com prioridade máxima pela Secretaria Geral da Presidência, através do Ministro Luiz Eduardo Ramos<sup>12</sup>.

O resultado desse realinhamento é, ao mesmo tempo, pragmático, com a rearticulação de uma base governista dentro do Congresso Nacional, a partir da eleição de Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e simbólico, do ponto de vista da mudança de postura do governo ao compreender as bases do funcionamento do sistema político brasileiro. Como Abranches (1988; 2018) traduz: o sistema político brasileiro é alicerçado pelo presidencialismo de coalizão, em que os governos dependem de um sistema de aliança em que a agenda política é constantemente negociada.

---

<sup>9</sup> Apoio a Bolsonaro no Congresso só é melhor que de Dilma. Disponível em: <https://exame.com/brasil/apoio-a-bolsonaro-no-congresso-so-e-melhor-que-de-dilma-veja-partidos-que-mais-votaram-com-presidente/Acesso> em 09/03/2021

<sup>10</sup> Bolsonaro se aproxima do Centrão e tenta antecipar disputa na Câmara pra esvaziar Maia. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/04/23/bolsonaro-se-aproxima-do-centrao-e-tenta-antecipar-disputa-na-camara-para-esvaziar-maia.ghtml>. Acesso em 09/03/2021

<sup>11</sup> Por que Bolsonaro busca aliança com centrão, grupo que considerava "o que há de pior". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/29/por-que-bolsonaro-busca-alianca-com-centrao-grupo-que-considerava-o-que-ha-de-pior>. Acesso em 09/03/2021

<sup>12</sup> Por eleição, Planalto libera 3 bilhões a parlamentares. Disponível em: <https://istoe.com.br/por-eleicao-planalto-libera-r-3-bilhoes-a-parlamentares/>. Acesso em 10/03/2021

## 2. Seja bem-vindo, Centrão

Da mesma forma que a Constituição de 88 forjou, para Abrantes (1988;2018), o modelo do presidencialismo de coalizão, para Nobre (2013) foi no processo de redemocratização que surge um bloco político que moldou e estruturou o sistema político no Brasil, o pemedebismo.

O pemedebismo como uma cultura política que se estabeleceu na década de 80, e que mesmo sofrendo algumas mudanças e adaptações, estruturou e blindou o sistema político de transformações sociais desde o processo de redemocratização do país, a partir da formação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) com a instauração do bi-partidarismo no Brasil, até os dias de hoje.

Aglutinando a oposição política à ditadura militar, o MDB abrigou diversos grupos políticos sem muita identidade entre si ou mesmo agendas convergentes, mas que queriam se manter dentro da legalidade partidária. No entanto, mais do que a própria estrutura heterogênea do MDB - que depois da Constituinte de 1988 se transformou em partido (PMDB), mas, em 2018, passou a se denominar novamente de MDB - o que o define como bloco político estruturante para o sistema político brasileiro é lógica da articulação política.

Para Nobre (2013) a cultura política do pemedebismo é traduzida a partir de cinco eixos: o governismo; a formação de uma maioria política; a implementação do sistema de vetos capaz de controlar e/ou influenciar votações, negociações e a agenda política; o fechamento para entrada de novos membros; e, por fim, a atuação nos bastidores em disputas com adversários, para evitar exposições públicas.

Para encontrar contrapartidas do pemedebismo em outros sistemas políticos, seria preciso ver reunidos pelo menos cinco elementos fundamentais: o governismo (estar sempre no governo, seja qual for ele e seja qual for o partido a que se pertença); a produção de supermaiorias legislativas, que se expressam na formação de um enorme bloco de apoio parlamentar ao governo que, pelo menos formalmente, deve garantir a “governabilidade”; funcionar segundo um sistema hierarquizado de vetos e de contorno de vetos; fazer todo o possível para impedir a entrada de novos membros, de maneira a tentar preservar e aumentar o espaço conquistado, mantendo pelo menos a correlação de forças existente; bloquear oponentes ainda nos bastidores, evitando em grau máximo o enfrentamento público e aberto (exceto em polarizações artificiais que possam render mais espaço no governo e/ou dividendo eleitoral) (NOBRE, p. 8, 2013).

Ou seja, mais do que a cultura de um partido, o pemedebismo é uma forma de política dominante que age a partir desses cinco eixos de caracterização e que se expandiu no sistema político brasileiro a ponto de ampliar a suas estratégias de funcionamento ao número maior de representações partidárias e lideranças.

A atuação do pemedebismo na eleição do Dep. Arthur Lira foi o elemento chave para a vitória, tanto do centrão, com a manutenção do poder nesse superbloco partidário, como do governo Bolsonaro. O centrão passou a estar no espaço de poder decisivo, com maior densidade de negociação. Um superbloco hegemônico que determina o comportamento dos parlamentares, em cima de negociações, atuando como um grande mediador de interesses.

Mas a formação do apoio do centrão ao governo não se deu de forma natural, muito pelo contrário. No contexto de disputa a lógica do sistema de vetos por parte do pemedebismo rendeu diversas derrotas ao governo Bolsonaro.

Para Nobre (2013) o sistema de vetos é um dos aspectos mais importantes para caracterização do pemedebismo: possibilidade de conquistar a capacidade de vetar iniciativas alheias, exercendo essa prática de pressão aos governos de plantão, como demonstração de força política. As posições do centrão, antes do realinhamento do governo Bolsonaro, estavam contra os interesses governamentais. Como exemplo, em março de 2020, depois de mais uma das manifestações populares contra o Congresso Nacional, em especial do Ex- Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o centrão se alinhou aos partidos de oposição para derrubar um veto presidencial que impedia o aumento do número de pessoas com direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>13</sup>, como uma forma de demonstração de força.

O sistema de vetos imposto pelo centrão ao governo Bolsonaro foi extremamente eficaz. Como exemplo, o Jornal Estado de São Paulo fez um levantamento e mostrou que Jair Bolsonaro foi o presidente que mais coleciona derrotas em votações de vetos no Congresso, ao total, foram 24 decisões revertidas pelos parlamentares. O número é maior do que a soma de todos os reveses sofridos pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que permaneceram oito anos na Presidência<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> As vésperas do protesto, Congresso impõe uma derrota ao presidente. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51845879>. Acesso em 12/03/2021

<sup>14</sup> Congresso revê quase 30 vetos de Bolsonaro. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/30/interna\\_politica.817451/congresso-reve-quase-30-dos-vetos-de-bolsonaro.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/30/interna_politica.817451/congresso-reve-quase-30-dos-vetos-de-bolsonaro.shtml). Acesso em 02/03/2021.

Tabela 2. Derrota em Vetos Presidenciais

<b>Presidentes</b>	<b>Derrotas em Vetos Presidenciais</b>
Fernando Henrique	3
Lula	2
Dilma	7
Temer	21
Bolsonaro	24

Fonte: Estadão e Broadcast

Na gestão Lula (PT), por exemplo, foram derrubados apenas dois dos 357 itens vetados (0,56%). Até então, Michel Temer (MDB), que ficou pouco mais de dois anos no cargo, era o presidente que mais registrava derrotas deste tipo, com 21 reverses (16,4% do total). O número alto de vetos de Bolsonaro derrubados pelo Congresso evidencia uma das formas de como o centrão atua com o seu sistema de vetos quando não é atendido em suas demandas.

Para garantir a “governabilidade” a cultura pemedebista atua na na formação de um bloco, suprapartidário, não só como uma forma de ter um espaço privilegiado de negociação com os governos de plantão, mas, sobretudo, para reforçar que um governo só consegue instabilidade em diálogo com essa super maioria parlamentar, o contrário disso, o sistema de vetos atua como forma de pressão ou de instabilização.

Quando governos tentam fazer acordos no varejo, encontram sempre a resistência dessa lógica de “Centrão”, a exigência de aceitar primeiro o superbloco de apoio, o apoio a granel, por assim dizer, para, só então, estar autorizados a fazer acordos no varejo. É o sistema político enquanto tal que impõe a exigência de que, no limite, todas as forças políticas representadas no Congresso estejam no governo (Nobre, p. 10, 2013)

A lógica da governabilidade traz para o jogo político uma premissa: é impossível governar sem um amplo apoio no Congresso, ou seja, naturalizou-se a ideia de que qualquer governo precisaria construir uma super maioria no Congresso Nacional. O governo Bolsonaro, imerso em diversas crises, se adequa a cultura política da governabilidade, iniciando a articulação direta com

o líder do centrão em busca de uma base governista coesa, já visando as eleições da Câmara e do Senado.

Para isso, a negociação de cargos e espaços dentro do governo se estabelece como forma de articulação política com os partidos que compõem o centrão. Já em maio de 2020, o centrão controlava mais de 106 bilhões do orçamento público, em pastas e cargos ocupados pelos partidos que o compõem, com fatias maiores para o Partido Populista (PP) e o Partido Liberal (PL)<sup>15</sup>.

Nas vésperas da eleição, em janeiro de 2021, o governo Bolsonaro liberou 511 milhões em emendas parlamentares para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal. A liberação ocorreu durante a campanha para eleição dos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional. Em coletiva, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), acusou o governo Jair Bolsonaro de prometer R\$ 20 bilhões em emendas parlamentares em troca de votos para eleição na Câmara dos Deputados<sup>16</sup>.

É nítido, portanto, a permanência da cultura pemedebista enquanto determinante no sistema político brasileiro. Interessante a se analisar, no caso da eleição da Câmara dos Deputados, é que os dois principais adversários na disputa legislativa estavam no seio da cultura pemedebista, o Dep. Baleia Rossi, signatário do MDB em São Paulo e Arthur Lira, líder do centrão e membro do Partido Populista (PP) em Alagoas. O que os diferenciam, nesse contexto, é o alinhamento político, o primeiro, ao governo Bolsonaro, e o segundo como candidato do Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), exemplo do tamanho da heterogeneidade da composição do pemedebismo.

A atuação desse bloco influência, de forma significativa, na correlação de forças dentro do Congresso Nacional, com a formação de uma super maioria parlamentar. O que Nobre (2013) nos chama a atenção é que esse *modus operandi* tem estruturado o sistema político desde a redemocratização, moldando o tabuleiro e atuando na sua conformação, a partir de um espaço privilegiado de negociação em qualquer governo de plantão.

A depender do posicionamento político do Executivo, o centrão pode atuar como forma de proteção ou, do contrário, um sistema de vetos capaz de, ou gerar instabilidade a ponto de destituir governos, ou pressioná-los a aderir a sua forma de fazer política. O governo Bolsonaro, apesar

---

<sup>15</sup> Cargos que Bolsonaro negocia com o centrão tem mais de 106 bilhões para investimentos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/04/29/cargos-que-bolsonaro-negocia-com-centrao-tem-mais-de-r-106-bilhoes-livres-para-investir-em-2020.htm>. Acesso em 12/03/2021

<sup>16</sup> Maia acusa governo de prometer 20 bilhões em emendas por votos para Lira. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/politica/noticias/2155639-maia-acusa-governo-de-prometer-r-20-bilhoes-em-emendas-por-votos-para-lira>. Acesso em 10/03/2021

do discurso da “nova política”, se rendeu ao “toma lá dá cá” do centrão como forma de sobrevivência e tende a absorver essa prática de negociação com o centrão até o final do seu governo.

### **3. Em especial, quem é o Dep. Arthur Lira?**

O modelo do sistema político brasileiro é consequência dos processos históricos que o país vivenciou. Além da conformação da estrutura do Estado em si, moldado, mais recentemente, no período redemocratização do país, no processo da Constituinte, é preciso se analisar o exercício da política a partir da manutenção do coronelismo e a formação das parentelas como manutenção do poder em grupos/famílias. Essa é a interpretação sociológica da história do coronelismo no Brasil que Queiroz (1976;1997) nos propõe.

Identificando o exercício da política no interior do Brasil, a autora analisa a herança coronelística nas relações de poder, da sua origem no período da formação do Império aos impactos que essa cultura traz para o sistema político. Para Queiroz (1997) o poder político dos coronéis seria medido pela quantidade de votos que ele dispunha em uma comunidade, a partir de uma organização com hierarquias em que o coronel seria o “mandão”, os cabos eleitorais são os que controlariam a base da pirâmide, os eleitores.

A partir dessa organização, o coronelismo mantém o exercício das estruturas de poder em grupos familiares ou mesmo em laços ampliados de relações, que seriam denominadas, pela autora, de parentelas, uma estrutura presente desde o Império.

Um grande coronel era também em geral, o chefe de extensa parentela, de que ocupava por assim dizer o ápice. Esta era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de 6 alianças (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente, os vínculos do compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados quanto os compadres entre si, de modo às vezes mais estreito do que o próprio parentesco carnal. (QUEIROZ, 1976, p. 179 e 180).

O impacto da herança coronelística do Brasil e a estrutura das parentelas explicam a formação de lideranças políticas locais e como os grupos/famílias tradicionais da política se mantêm e alçam espaços importantes no sistema político. De certo, o conceito de parentela deve

servir como base de reflexão para entendermos como se deu a ascensão do Dep. Arthur Lira, o atual presidente da Câmara dos Deputados. Para entender a trajetória do atual presidente da Câmara dos Deputados, é preciso chegar ao pai, atual prefeito do município da Barra de São Miguel (AL) Benedito de Lira, mais conhecido como Biu. Benedito está na vida política desde a década de 66, quando filiado ao ARENA<sup>17</sup>.

De família tradicional de Junqueiro (AL), proprietária de terra. Benedito assumiu seu primeiro mandato político como vereador da sua cidade natal, Junqueiro (AL), e, até a sua recente eleição em 2020, coleciona 12 mandatos políticos, dentre eles três legislaturas de Deputado Federal e as duas últimas, como Senador de Alagoas, passando pelas Partido Social-Democrata (PSD), o Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Progressista (PP).

Em sua última eleição para o Senado, em 2010, já pelo Partido Progressista, obteve mais de 900 mil votos, tendo sido o mais votado na disputa contra Renan Calheiros (PMDB-AL). Apesar de ser acusado em diversos esquemas de corrupção, Benedito foi considerado um dos maiores caciques do PP, quando senador, com um grau de influência importante na composição do centrão no Congresso Nacional. Esse currículo político de Benedito “permitiu” que ele alçasse cedo o seu filho, Arthur Lira, à vida política. Já como Deputado Estadual de Alagoas, Benedito de Lira já emprega o seu filho de 1986 como assessor especial da Assembleia Legislativa de Alagoas aos 15 anos de idade.<sup>18</sup>

Arthur Lira assume o seu primeiro mandato com 30 anos, como vereador de Maceió (AL), e com 21 anos de trajetória política, acumula dois mandatos de vereador, dois mandatos de deputado estadual e o mesmo tempo enquanto deputado federal<sup>19</sup>. Também acusado de diversos crimes de corrupção, em 2021 assumiu a presidência da Câmara dos Deputados, implementando a lógica pemedebista da governabilidade, enquanto líder do centrão, derrotando uma força política importante, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Rodrigo Maia.

A trajetória dos Lira mostra, exatamente, outra composição importante no sistema político: a herança coronelista e como ela se organiza em parentelas, nesse caso, representado pelo núcleo familiar de pai para filho. A ascensão das lideranças locais no cenário nacional, obedece ao

---

<sup>17</sup> Biografia Benedito de Lira. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74517/biografia>. Acesso em 10/03/2021.

<sup>18</sup> Biografia Benedito de Lira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lira-benedito-de>. Acesso em 10/03/2021

<sup>19</sup> Biografia Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/160541/biografia>. Acesso em 10/03/2021

exercício dessa cultura política, estruturante no interior do Brasil e que assume a lógica de autoconservação de poder entre os seus membros, consanguíneos ou não.

### **Considerações finais**

Os conceitos usados neste artigo, fruto de reflexões de sociólogos políticos brasileiros, nos aproximam de uma pesquisa que, de fato, mostra as estruturas e engenharias do sistema político brasileiro. A mudança de comportamento do governo Bolsonaro ante a necessidade de construir uma base de apoio parlamentar nas duas casas legislativas foi prova de que os governos, em qualquer espectro ideológico, se deparam com uma estrutura estabelecida, de negociações contínuas com lideranças e partidos, cada qual com seus interesses. Sob essa perspectiva, o representante de governo que não prioriza esse espaço de interlocução com os parlamentares, têm a instabilidade do seu governo como atmosfera provável.

Imerso em crises e com o maior número de pedidos de impeachment que um presidente já teve na história do Brasil, o governo Bolsonaro se curva à lógica da formação de alianças dentro do Congresso Nacional. Em abril de 2020, o governo já passa a buscar um bloco político que estruturou uma forma de fazer política, ligada a duas lógicas; formação de uma supermaioria parlamentar para se constituir ou, numa estratégia de vetar as iniciativas alheias, forçando uma mudança de posicionamento na negociação, ou mesmo, costurar uma instabilidade política a ponto de provocar o afastamento presidencial, e a naturalização da ideologia da governabilidade, onde só se governa se tiver uma base de apoio parlamentar coesa.

Embora o Presidente Jair Bolsonaro não assuma publicamente essa adesão ao centrão, é certo a sua guinada política. De contra a “velha política” à refém, o governo agora precisa cumprir com os compromissos acordados e estabelecer um fluxo de negociação permanente com o bloco político em que se aliou.

Quando vamos analisar a questão da representação e ascensão de lideranças políticas locais, como é o caso do atual presidente da Câmara dos Deputados, nos deparamos com outro fenômeno que também estrutura o sistema político no Brasil: o coronelismo como herança da época do Império e como cultura política no interior do Brasil, com a formação de parentelas para autoconservação do poder entre os membros.

O deputado Arthur Lira é a representação do exercício político feito a partir de uma organização de parentelas, em que como uma herança, os espaços de poder são passados de pai

para filho, conservando o capital político desses grupos que mantêm o seu coeficiente eleitoral e alçam lugares de destaque na política nacional. O presidente da Câmara aprendeu com o seu pai, um dos grandes caciques do centrão, a como entrar no jogo político e se estabelecer a partir da mediação de interesses, muitos deles fisiológicos e clientelistas.

Há, portanto, entre conceitos do presidencialismo de coalizão, da cultura política pemedebista e da herança coronelista e formação da parentela o reflexo do nosso sistema político. Quando recorremos a um capítulo da política brasileira, no caso em voga as eleições para as presidências da Câmara e do Senado, as conexões entre a teoria e a prática se tornam fluídas, porque, embora cada autor tenha uma reflexão singular, todos caracterizam fenômenos estruturantes do sistema político brasileiro.

O caso das eleições no Congresso Nacional, em especial da Câmara, é mais um capítulo emblemático por reunir três pensamentos sociais diferentes para explicar o mesmo contexto, mas, longe de ser singular, é só mais um reflexo de como o sistema político brasileiro é moldado. Assim, embora a política brasileira seja cada vez mais dinâmica, ela sempre se depara com o modelo de funcionamento que a determina.

## **Referências**

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. **Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira De. **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**. In: Fernando Henrique Cardoso; Sérgio Buarque de Holanda; Fernando Henrique Cardoso Estrutura de poder e econômica: 1889 - 1930. História geral da civilização brasileira O Brasil republicano. 6. ed ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1997. v. 8. p. 172–212.